



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria Administrativa - PGE-PA

Parecer nº 400/2021/PGE-PA

Referência: Processo administrativo nº 0055.383732/2020-41. Pregão Eletrônico nº: 007/2021/KAPPA/SUPEL/RO

Procedência: Equipe de Licitação KAPPA/SUPEL

Interessado: CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL DA ÁREA DE SAÚDE-CETAS

Objeto: SRP para futura, eventual e parcelada aquisição de material de informática, eletrônico e bens móveis, para atender as necessidades de suporte tecnológico, eletrônico e mobiliário do CETAS, visando o adequado padrão da estrutura desta Unidade Gestora, com isso, oferecer condições adequadas ao funcionamento das atividades desenvolvidas nesta escola do SUS.

Valor estimado: R\$ 335.342,23 (trezentos e trinta e cinco mil trezentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos).

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSO ADMINISTRATIVO. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DIVERGENTE. DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS DO EDITAL. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI (CNPJ 15.439.366/0001-39) 0021635396**, em face da classificação da proposta da empresa **HIPYER TECHONOLIGIES COMERCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS** para o **item 09**.

1.2. O recurso foi submetido à análise da Equipe de Licitação KAPPA/SUPEL, que, por meio do Termo de Análise de Recurso (0021703310), analisou as razões apresentadas reformando a decisão exarada.

1.3. Assim, o presente processo foi encaminhado a esta Procuradoria para fins de análise e parecer acerca da decisão da equipe KAPPA (0021703895).

1.4. É o breve relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Em sede de admissibilidade, como bem observado pela Equipe KAPPA, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. RECURSO DA LICITANTE

3.1. A Licitante **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI (0021703310)**, inconformada com a classificação da empresa **HYPYER TECHONOLIGIES COMERCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS** para o **item 09**, apresentou recurso nos seguintes termos:

Em síntese, a empresa vencedora, ora Recorrida, apresentou proposta em desacordo com o especificado no Edital. De forma clara e objetiva, para o item 9, "(...) ao ser publicado o edital, em

seu Termo de Referência, para o item 9, dentre outras características, exigiu as seguintes especificações técnicas:

“(…) Cobertura da tela: De 30 a 300 polegadas; E - “Interfaces de rede: Rede: Wireless LAN”. (...)”

No entanto, a recorrida ofertou em sua proposta o equipamento Projetor marca TOMATE modelo MPR-2007, o qual não atende a especificação acima indicada, EIS QUE conforme pode ser visto nos diversos sites de revenda na web e em seu descritivo técnico, possui tamanho de imagem de 60 – 120 polegadas, muito inferior ao exigido, além disso não possui interface de rede wireless, sendo assim não atende o solicitado no Termo de Referência do Edital..

4. **DECISÃO DA PREGOEIRA (0021703310)**

4.1. Compulsando os autos, verifica-se que a Equipe julgou o recurso nos seguintes termos:

Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de do dia 08.09.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93.

5. **PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL**

a) **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI**

5.1. A recorrente **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI** (0021635396) alega que a classificação da proposta da empresa **HYPER TECHNOLOGIES** contraria expressamente o edital, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

5.2. Destaca ainda, que a Recorrida ofertou equipamento Projetor marca **TOMATE modelo MPR-2007**, o qual não atende a especificação exigida no edital, conforme pode ser visto nos diversos sites de revenda na web e em seu descritivo técnico, possui **tamanho de imagem de 60 – 120 polegadas** inferior ao exigido, além disso **não possui interface de rede wireless**.

5.3. Extrai-se do Termo de Referência (0016132368) a descrição do objeto (PROJETOR MULTIMÍDIA):

PROJETOR MULTIMÍDIA Sistema de projeção: LCD ou 3LCD Tipo de projetor: Multimídia. Método de projeção: Frontal, traseira, montada no teto Luminosidade (mínima): 3200 Ansi lumens. Relação de aspecto ótico: 4:3. Resolução nativa: 1024x768 (XGA). Vida útil da lâmpada (mínima): 5000 horas (modo padrão) Keystone - Correção trapezoidal (mínima): Vertical: ± 30 graus e horizontal ± 30 graus Relação de contraste (mínima): 3000:1. Reprodução de cores (mímica): 16,77 milhões de cores. **Lente de projeção:** Zoom: Zoom óptico / Foco manual. **Cobertura da tela: De 30 a 300 polegadas, sendo considerada a área visível medida diagonalmente.** Relação de zoom (mínima): 1,0 - 1,2 **Interface:** Sinal de vídeo analógico: NTSC / NTSC4.43 / PAL / PAL-M / PAL-N / PAL60 / SECAM Sinal de vídeo digital: SDTV (480i, 576i), EDTV (480p, 576p), HDTV (720p, 1080i/p) Entradas (mínimas): HDMI x 1 / VGA RGB: D-sub 15-pinos x 1 / S-Vídeo (Mini DIN 4pin) x 1 / Vídeo Composto: RCA (Amarelo) x1 / USB tipo Ax1 / USB tipo Bx1 Áudio-In x1 **Interfaces de rede: Rede: Wireless LAN** Outros requisitos: (...)

5.4. Em continuidade, a Recorrente aduz que a classificação da recorrida fere o princípio da vinculação ao edital e julgamento objetivo.

5.5. Não obstante a irresignação da Recorrente, a Equipe de licitação KAPPA manteve a classificação da recorrida em virtude do parecer exarado pelo órgão requisitante, por meio do Despacho CETAS-GAD (0021654844):

O equipamento ofertado pelo fornecedor HYPER TECHNOLOGIES, contido no documento (0018700555) Atende as necessidades desta ET/SUS/CETAS/RO.

5.6. Destaca-se que a manifestação supramencionada decorreu das razões recursais apresentadas, nesse caso, seria oportuno que órgão requisitante elucidasse as questões divergentes levantadas no recurso, a fim de escoimar qualquer dúvida quanto a compatibilidade do edital com a proposta apresentada para o item 9.

5.7. No entanto, por se tratar de matéria de natureza técnica, **cabe a Autoridade Superior se respaldar mediante manifestação de equipe técnica, a fim de escoimar qualquer dúvida quanto a compatibilidade do equipamento ofertado e a exigência do edital, sob pena de descumprir as regras previamente estipuladas para fim de aceitação do objeto.**

d) OBSERVAÇÕES COMUNS

5.8. Sabe-se que é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

5.9. Frisa-se que, cabe ao licitante verificar e, mediante certeza de seu anseio de participação e adesão às regras do edital, em direto cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto expressamente na legislação esparsa administrativa por meio dos Arts. 3º e 41, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme recortes a seguir:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

5.10. Frisa-se a manutenção da classificação da recorrida, está sob a responsabilidade da autoridade superior, embasada no despacho do órgão requisitante 0021654844. O qual deve encontrar respaldo nos princípios da vinculação ao Edital, bem como da impessoalidade e moralidade, evitando-se benesses à recorrida em detrimento aos demais participantes, o que é vedado.

5.11. **Portanto, caso não reste dúvidas que o objeto ofertado atende as exigências mínimas inicialmente descritas no T.R, não se vislumbra irregularidade da Pregoeira.**

6. CONCLUSÃO

6.1. Ante o exposto, sob o viés jurídico, esta Procuradoria Geral do Estado, **após escoimadas qualquer dúvidas quanto a compatibilidade do objeto com o edital**, esta procuradoria não vislumbra irregularidade na decisão da Pregoeira, razão pela qual opina-se pela **negativa** de provimento ao recurso interposto.

6.2. O presente parecer segue para aprovação por parte do Procurador Geral do Estado, de acordo com o art. 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

6.3. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

BRUNNO CORREA BORGES

Procurador do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Horcades Hugues Uchoa Sena Junior, Procurador do Estado**, em 10/11/2021, às 01:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021900951** e o código CRC **39508943**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0055.383732/2020-41

SEI nº 0021900951